

Ata de nº2251/2023.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2023, reuniu-se em Sessão Ordinária, no Plenário Gomercindo Baldissera em hora costumeira, a Câmara de Vereadores de Campinas do Sul. Em nome de Deus o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão e agradeceu a colega Daniela Bonatti, por ter o substituído na Sessão passada, diante da impossibilidade de estar presente. Mencionou a ausência do Vereador Maccari, que está sendo substituído pela Suplente Gêssica Baldissera, e desejou as boas vindas a Vereadora. Assim, convidou o Vereador Jorge Coppini para ocupar o cargo de 1º Secretário. Seguindo, solicitou a Secretária da casa que procedesse com a chamada dos Senhores Vereadores, conferido o quorum, confirmada a substituição citada acima, a Vereadora Daniela prosseguiu com a leitura do Evangelho do dia. E conforme ficou avençado foi dispensado à leitura da ata da Sessão anterior e foi posta a disposição dos Vereadores para vistas. Posta em discussão e votação a ata da Sessão do dia 14 de agosto e foi aprovada. Dando início a ordem do dia, foi feita a leitura do ofício PM nº 181/2023. Ficando então diante do impedimento do Sr. Prefeito, desde já concedido o espaço solicitado, na Sessão do dia 18 de setembro, considerando que nas Sessões dos dias 04 e 11 será apreciada a LDO. Após foi feita a leitura do Requerimento de protocolo nº 063/2023, de autoria do Vereador Jorge. Posto em discussão o autor usou a tribuna para justificar que apresentou a proposição para atender a solicitação de várias pessoas que cobram por informações sobre os horários dos ônibus. E solicitou ao Líder de governo para que interceda justo ao Executivo para o atendimento da reivindicação. Em aparte o Vereador Santolin, Líder de Governo, informou que há quinze dias entrou em contato com o Responsável do departamento de trânsito Sr. Josué, para falar sobre o assunto e que a sugestão era colocar adesivo com os horários na parada de ônibus da praça, e sugeriu também a colocação de placas com os horários em outros pontos onde passageiros esperam o ônibus, e se comprometeu a levar a sugestão do colega ao responsável. Novamente com a palavra o Vereador Jorge justificou que muitas pessoas usam os ônibus como meio de transporte e também argumentou que informação nunca é de mais. Sem mais manifestações o Requerimento foi posto em votação e foi aprovado por unanimidade. Lido o Requerimento

de protocolo nº 065/2023, também de autoria do Vereador Jorge. Posto em discussão o autor usou a palavra para argumentar que a população e os Vereadores têm o direito de ter conhecimento sobre a prestação de contas dos gastos suportados pelo Município, com a realização da Feira/2023, pois foram privados das informações, considerando que não veio o Projeto para a casa, e disse que já deveriam ter recebido tais documentos, pois o papel do Vereador é fiscalizar os atos do Executivo, embora alguns declararem que os Legisladores são uns inúteis, e que estão na casa somente para tomar café. Garantiu que de ora em diante a fiscalização será mais rígida. E, por fim disse esperar que o Executivo envie a documentação no prazo de quinze dias, que é o prazo legal, ou do contrário tomarão outras providências. Em aparte o Vereador Santin reconheceu que para o comércio local a feira foi um sucesso. E, lembrou que é função dos Vereadores fiscalizarem os atos do Executivo. E mencionou que pela primeira vez na história do Município o Projeto para a concessão de uso entre Prefeitura e CDL, promotoras do evento, não veio para a Casa. Disse esperar que a documentação chegue a casa dentro do prazo estipulado por Lei. Por fim o Vereador Jorge solicitou ao Executivo para que envie a documentação o mais breve possível. Em aparte o Vereador Santolin garantiu que o Prefeito enviará a prestação de contas assim que retornar de sua viagem a Porto Alegre. Sem mais manifestações o Requerimento foi posto em votação e foi aprovado por unanimidade. A Emenda da CUP ao Projeto Complementar nº 005/2023, que altera o padrão de vencimento do Agente de Controle Interno, foi posto em 2ª discussão. Com a palavra a Vereadora Rosângela falou da insatisfação que a aprovação em 1º turno do Projeto Complementar nº 005/2023, causou nos Servidores de carreira, pois estão com seus vencimentos defasados, por terem seus aumentos vinculados ao menor básico de R\$ 1.139,00, menor que o salário mínimo. Repassou que a proposição sugeria que o vencimento da referida servidora, passasse de R\$ 2.370,00, para R\$ 4.946,00, sem alteração na carga horária. Argumentou que embora a Casa entenda que a Servidora é merecedora do reajuste, e pensando nos demais servidores que a Câmara apresentou a emenda reduzindo o valor para R\$ 3.772,00. Deixou claro que entender que a referida Servidora mereça o aumento, não quer dizer que os demais

Servidores não mereçam também um aumento em seus salários, porém, destacou que a responsabilidade de mandar o Projeto é única e exclusiva do Prefeito. E afirmou que os Vereadores esperam o envio de um Projeto aumentando o menor básico, pelos menos no valor compatível com o salário mínimo, para que possam aprová-lo, para que todos os Servidores possam ser beneficiados sem distinção. Em aparte o Vereador Jorge manifestou sua concordância para que o Prefeito envie o Projeto para aumentar o menor básico, e também reconheceu que a Servidora do Controle Interno mereça o aumento, pela responsabilidade que seu cargo exige e lembrou que seu trabalho é estendido a Câmara. Argumentou que não se manifestou na Sessão anterior pelo fato de o Projeto passar por duas manifestações e votações. E com relação ao problema com a margem de gastos com pessoal, disse que se não tiver margem para aumentar os salários de todos os Funcionários, para que sejam diminuídos os CCs e contratados e seja criada uma margem para beneficiar o maior patrimônio do Município que é o Servidor público de carreira. O Vereador Santin no uso da palavra disse fazer suas as palavras da Colega Rosângela, e manifestou seu apoio para uma reclassificação de cargos e salários, para se fazer justiça aos que menos percebem. Declarou que também foi cobrado por diversos Servidores descontentes com o aumento no salário de apenas uma Servidora, e por este motivo repensou seu voto e desde já declarou que votará contrariamente a aprovação do Projeto. Declarou ainda não ser contra o aumento da Servidora do Controle Interno, pois sabe do seu comprometimento e responsabilidade com seu trabalho, porém afirmou que a mudança em seu voto se deu pelo entendimento de alguns Servidores perceberem menos que um salário mínimo. A Suplente de Vereadora Géssica usou a palavra para falar que como Servidora do Controle Interno no Município de Paulo Bento, por mais de oito anos, que não está havendo um aumento e sim proposto uma equiparação salarial, considerando que o salário do referido cargo do Município, está muito defasado, pois é o menor de toda a Região, e repassou os valores dos cargos em outros Municípios, com a mesma carga horária, comprovando o que falou. Disse que a equiparação é necessária de acordo com a responsabilidade que o cargo exige. E deixou claro que não está desmerecendo nenhum outro Servidor, porém disse que deve ser levado

em consideração que o serviço do controle interno exige muita responsabilidade e comprometimento para que não ocorram erros, pois trabalham diretamente com o Tribunal de Contas. Frisou que o padrão 13 sugerido ficava dentro da média, e que com relação à emenda já aprovada não tem o que se fazer. E declarou ser favorável a uma equiparação salarial para todos os Servidores Municipais, e sinalizou que o Município de Campinas do Sul, é o que menos paga seus funcionários, porém disse entender a justificativa de que a folha de pagamento do Município está alta, e não permite que assim seja feito, e sugeriu o estudo de uma forma para buscar melhorar os salários dos Servidores. Por fim declarou seu voto favorável a aprovação do Projeto. Em aparte o Vereador o Vereador Elvis fez questão de deixar registrada sua concordância com o reajuste e lembrou que sempre defendeu a reclassificação de cargos e salários e que vem há anos solicitando aos Prefeitos um salário mais digno aos Servidores, principalmente aos que menos percebem. Disse que deve estudar uma forma de fazer um plano diretor, independente de quem venha a ser o próximo Prefeito. A Vereadora Géssica novamente com a palavra esclareceu que o controle interno faz auditoria em todas as Secretarias do Município, e precisa estar atenta a tudo que acontece em cada setor. Em aparte o Vereador Jorge questionou a colega se notificam o Prefeito ou fazem recomendação. Em resposta a Vereadora esclareceu que apenas faz recomendações e apontamentos. Sem mais manifestações a emenda ao Projeto complementar nº 005/2023, foi posta em 2º votação e foi aprovada por unanimidade. Assim, o Projeto Complementar nº 005/2023, com a Emenda já aprovada, foi posto em 2º discussão e nenhum Vereador fez uso da palavra. O Projeto Complementar nº 005/2023, com o teor da emenda já aprovada, foi posto em 2º votação e foi aprovado por unanimidade. E considerando que o prazo expirou para a apreciação do Projeto Complementar nº 004/2023, com a mensagem retificativa do ofício PM nº 162/2023, e não houve emissão de parecer foi informado que será apreciado em 1º turno na presente Sessão. Assim, primeiramente foi posto em discussão o teor da Mensagem Retificativa, que trata da criação de gratificação ao técnico em Radiologia. Com a palavra a Vereadora Magali falou do empenho dos Vereadores em estudar tanto o Projeto como a Mensagem Retificativa, enquanto as proposições

ficaram baixadas. E fez a observação que de início entenderam que a gratificação seria estendida somente ao cargo específico do Técnico em Radiologia, porém de acordo com a Lei nº 001/2005, que não permite que contratados recebam gratificação, mas com a alteração que se dá no Art. 203 da mesma Lei Complementar, que também consta no Projeto, dá a entender que a partir de agora se amplia a todos os Servidores contratados esta gratificação. Destacou que aprovando o Projeto Complementar nº 004/2023, todos os Servidores contratados poderão por Lei serem aptos a receber o benefício, e disse que a preocupação da Casa é dar igualdade a todos. Em aparte o Vereador Jorge falou da situação complicada dos Vereadores diante da situação, e adiantou que aprovarão o Projeto para que o hospital não fique sem o Profissional, e para que a cobrança não recaia sobre os Vereadores, como acontece normalmente. E alertou que com a aprovação da proposição o Servidor contratado que se achar no direito de receber gratificação, por Lei terá direito. E afirmou que o Executivo teria outras formas de melhorar o salário do técnico, como por exemplo, uma nova seleção com um salário maior. Por fim a Vereadora Magali declarou seu voto favorável ao teor da Mensagem Retificativa. O Vereador Santin usou a palavra para primeiramente pedir desculpas por ter se passado na votação do Projeto anterior. Seguiu sinalizando que hoje o Executivo, conta com 55 CCs e 49 contratados, e com a aprovação do Projeto Complementar nº 004, abrirá um leque para que os contratados também possam receber gratificações. Declarou ser contra a concessão do benefício a um Servidor contratado. E manifestou seu apoio a uma melhor remuneração salarial aos Servidores de provimento efetivo, principalmente aos que percebem o menor básico. E fez a observação que os contratados sabiam o valor de seus salários quando de suas contratações. E por fim declarou seu voto contrário à aprovação do Projeto. Em aparte o Vereador Santolin defendeu a concessão da gratificação ao técnico de radiologia, destacando a importância do cargo e por se tratar de Saúde, e argumentou que o Servidor fica disponível a qualquer eventualidade, independente de horário. Novamente com a palavra o Vereador Santin argumentou que seria favorável se a gratificação fosse específica a este Servidor e contrário pelo fato do Projeto abrir a oportunidade a todos os contratados. O

Vereador Elvis no uso da palavra disse entender que o Projeto vem a conceder um ganho maior pelo sobreaviso ao funcionário Técnico em Radiologia, e disse que devem levar em consideração que ele é o único Servidor que presta este tipo de serviço ao Hospital. Declarou ser favorável a aprovação do Projeto, mesmo tendo ciência que o mesmo abrirá um leque a concessão a outros contratados. E frisou que a responsabilidade da concessão é do Executivo e acredita que ele saberá como conduzir a Lei. A Vereadora Rosângela usou a palavra para primeiramente falar da situação difícil dos Vereadores diante do Projeto, que ficou mais complicada com a vinda da Mensagem Retificativa. E esclareceu que o Servidor já recebia sobreaviso e horas extras, mesmo antes de vir o Projeto, assim sendo não aconteceria o fato de alguém se machucar e ficar sem atendimento, e o que está sendo estendida é uma gratificação, que até então só podia ser concedida aos Servidores de provimento efetivo. Esclareceu também que no Projeto, o Servidor ganhava gratificação e perdia os demais ganhos e a mensagem retificativa concedeu a gratificação e manteve os ganhos que já tinha. Declarou que mesmo defendendo uma melhor remuneração a todos os Servidores, é favorável a aprovação do Referido Projeto. E mais uma vez fez questão de dizer que foi muito difícil a deliberação desta proposição. Sem mais manifestações a mensagem retificativa do ofício PM nº 162/2023, foi posta em 1º votação e foi aprovada com o voto contrário do Vereador Santin. Assim, o Projeto Complementar nº 004/2023, com o teor da mensagem retificativa foi posto em 1º discussão e nenhum Vereador fez uso da palavra. Posto em 1º votação foi aprovado com o voto contrário do Vereador Santin. E considerando que expirou o prazo da CUP para análise do Projeto nº 026/2023, e não houve emissão de parecer. O Projeto foi posto em discussão e nenhum Vereador fez uso da palavra. Posto em votação foi aprovado por unanimidade. Antes das considerações finais foi feita a leitura do ofício convite da EMATER. E nas considerações finais, pela ordem do sorteio o Vereador Elvis foi o primeiro a usar a tribuna para falar sobre a comemoração da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Múltipla e Intelectual, e parabenizou a Professora Janete Momo e os Colégios, Municipais e estaduais, pela palestra que realizaram, intitulada como “Incluindo com Inteligência”, pela palestrante Silvana

Dezordi, e destacou a importância do tema que fala sobre a inclusão nas Escolas de pessoas com deficiência. E por fim estendeu os agradecimentos a Secretária de Educação do Município pela parceria na realização da palestras, ao Executivo e a todos os Professores que se mobilizaram para que o evento se realizasse. A Vereadora Daniela Bonatti usou a palavra para falar do debate que aconteceu na rádio, na semana que passou, com o Sr. Prefeito e o Representante da Reintegração do Norte Gaúcho Sr. Cristian Barbosa, com questionamento sobre a construção da ponte e do asfaltamento da ERS 211 e outros assuntos. Sobre o fato, primeiramente destacou que o povo quer saber o que acontece com o Executivo e o destino dos recursos públicos, e reconheceu que muitos assuntos ficaram claros e outros não. Fez questão de frisar que os Vereadores são fiscalizadores dos atos do Executivo e quando questionam a Administração raramente são atendidos, e poucas vezes recebem respostas. Disse que os requerimentos não têm sigla partidária, que os apresentam para beneficiar a comunidade. Manifestou sua surpresa com os comentários maldosos nas redes sociais, do Presidente da CDL, com relação ao debate ocorrido na rádio. Neste sentido, disse que deve haver cautela e humildade nas atitudes e na fala, pois muitas vezes acabam atingindo pessoas que nada tem a ver com o fato. Em aparte o Vereador Presidente manifestou sua indignação e surpresa com as manifestações contra a Casa, e afirmou que não esperava tal atitude de alguém que já trabalhou na Prefeitura e foi candidato a Vereador por duas vezes. Novamente com a palavra a Vereadora Daniela seguiu dizendo que os cargos públicos são passageiros, mas as ações não, e se cada um fizesse sua parte sem criticar, tudo seria diferente e melhor. Desejou sucesso as equipes de bocha femininas, e para que tudo transcorra de forma harmoniosa e competitiva. Lembrou que apresentou um Requerimento há alguns meses, para que o Executivo adotasse medidas nas faixas de cadeirantes, e até o momento não foi atendida, e repassou que na semana que passou durante as chuvas mais duas pessoas caíram em frente a sua empresa e reiterou o pedido ao Executivo para que tome providências cabíveis o mais breve possível. O Vereador Santin usou a palavra para falar de legalidade, moralidade e impessoalidade, juramentos que os Vereadores fazem no início de seus mandatos, e é o

que todos procuram cumprir e seguir. Justificou que sua fala é no sentido de demonstrar que cada Vereador exerce sua função com a obrigação e dever de atender as demandas do Município. Com relação à impessoalidade porque significada igualdade no tratamento, e argumentou que sua fala é no sentido de demonstrar que a atual administração peca neste sentido e lembrou que a administração passada chamava os Vereadores para discutirem sobre a construção dos Projeto. E admitiu que nunca foi chamado pela atual Administração para a construção de uma proposição, juntamente com os demais membros da CUP, demonstrando assim que o Prefeito se contra diz, quando fala que trata a casa como parceira. Afirmou que no seu ver não é culpa da Câmara, pois a mesma sempre procurou por em prática a impessoalidade, igualdade de tratamento e legalidade. Com relação à moralidade, citou duas situações que o Executivo agiu de má fé com os Vereadores, primeira na construção do Projeto para a compra da patrola, que baixava de 72 prestações para 42, com a concordância do Prefeito, para aumentar a contra partida de cento e sessenta mil, para duzentos e cinqüenta mil, em aparte o Vereador Santolin, deixou claro que estavam votando o Projeto mais para garantir o financiamento e a compra da patrola, e que não estava decidido que seria pago em 10 vezes, mas que podia sim negociar para pagar em 4 ou 5 anos. Com a palavra o Vereador santin disse que após todo o impasse o Prefeito comprou a patrola a vista. Em parte o Presidente fez a observação que o Projeto que a Casa recebeu veio nos termos de 120 meses. O Vereador Santin seguiu dizendo que o outro motivo foi à realização da feira, pelo fato de não ter enviado a casa o Projeto da concessão de uso entre Prefeitura e CDL. E declarou que os Vereadores não estão na casa só para tomar café, conforme manifestação do Presidente da CDL, e fez um alerta de que é preciso ter cuidado para falar dos Vereadores para justificar o que não conhece. A Vereadora Rosangela usou a palavra para primeiramente deixar claro que o sorteio das falas é feito com seriedade, embora muitas vezes fazem brincadeiras a respeito. Seguiu lamentando a atitude do Presidente da CDL, de desmerecer a instituição Câmara de Vereadores, com comentários levianos nas redes sociais. Manifestou sua surpresa que após o debate na rádio, do Sr. Prefeito com o Sr. Cristiam, o Presidente da CDL e mais

algumas pessoas se voltaram contra a Câmara de Vereadores, e fez a observação que o Sr. Cristiam não é Vereador, e não é filiado a nenhum partido que tem representação na Casa, é um cidadão comum que participa de um movimento em prol do Município e Região, composto por vários partidos políticos. Afirmou que ele usou de seu direito ao questionar o chefe do Executivo, como é de direito de qualquer cidadão assim proceder. Declarou que o fato de alguns oportunistas quererem atrelar o Sr. Cristiam aos Vereadores da Casa é lamentável. Repudiou a fala do Presidente da CDL, quando disse que a Câmara é inútil e que os Vereadores só servem para tomar café nas segundas-feiras, até por que mais da metade dos Vereadores não bebe café. Dirigindo-se ao mesmo, disse que a Casa é um Poder constituído, e não uma bodega, e ainda lamentou sua declaração, que fará um prédio para a CDL e colocará a Câmara no mesmo local. Argumentou que no primeiro ano de seu mandato, na Legislação passada, e eleita Presidente da Casa, foi notificada pelos bombeiros, com relação à acessibilidade, e tinham que providenciar uma rampa e um elevador, sendo que após estudos o prédio e sua estrutura não comportavam tais mudanças. Argumentou que a ela coube providenciar o Projeto para a construção da nova sede, sendo que o orçamento para a obra já estava estimado no PPA para vários anos, e informou que o Legislativo não gastou o valor que tem direito, até o momento. Declarou que se o Executivo não economizou para a contra partida para a construção da ponte, o Legislativo não tem nada haver com isso, e a Câmara cabe fazer a gestão de seus recursos. Ainda afirmou que quem assinou a contrapartida não foi o Legislativo, e que a Casa tem um Orçamento pequeno e cuida bem dele, e afirmou que sobrou mais da metade do orçamento da Casa, a cada ano. Encerrou se referindo a fala de que o rapaz do debate falou o que não sabia, disse que falar o que não sabe é ofender um Poder Constitucional. Antes de encerrar a Sessão o Sr. Presidente lembrou que até dia 15 de setembro devem ultimar a votação da LDO e como há algumas divergências sobre o Projeto e serão novamente levadas ao Executivo, talvez tenham que realizar sessão extraordinária para o Primeiro turno, e nada mais havendo em nome de Deus declarou encerrada a Sessão. Sala das Sessões 28 de agosto de 2023.